

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO EDUCACIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO EDUCACIONAL

DISCIPLINA:
SISTEMAS DE ENSINO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
RESUMO
A disciplina de Sistema de Ensino e Políticas Educacionais tem como objetivo geral compreender a constituição do sistema educacional brasileiro com ênfase nos aspectos legais e organizacionais da educação básica e as implicações para o exercício da profissão docente na efetivação da função social da escola.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 SISTEMAS DE ENSINO: CONCEITOS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL – MARCOS LEGAIS: CONCEITO E IMPORTÂNCIA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN) ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: CONCEITO E SEU PAPEL
AULA 2 HISTÓRICO DO ATENDIMENTO À CRIANÇA NO BRASIL: DA NEGLIGÊNCIA AOS DIREITOS SOCIAIS A EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: CF (1988), ECA (1990), LDBEN (1996) EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: O QUE DIZ OS RCNEI(S), AS DCNEI E O PNE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: ACESSO, QUALIDADE E INVESTIMENTO AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A AVALIAÇÃO PARA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL
AULA 3 ENSINO FUNDAMENTAL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NAS LDBEN(S) ENSINO FUNDAMENTAL: ACESSO, PERMANÊNCIA E QUALIDADE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO EF: ENTRE A SÉRIE (ANO) E OS CICLOS DE APRENDIZAGEM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
AULA 4 A DUALIDADE ESTRUTURAL DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DUAL E ELITISTA AS TRÊS FUNÇÕES HISTÓRICAS ATRIBUÍDAS AO ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS ORGANIZAÇÃO DO EM NA LEGISLAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO PROFISSIONALIZANTE ENSINO MÉDIO E AS QUESTÕES CURRICULARES ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE NO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
AULA 5 EDUCAÇÃO ESPECIAL EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E QUILOMBOLA NO BRASIL EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

EDUCAÇÃO DO CAMPO
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

AULA 6

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: ENTRE FORMAÇÃO E CARREIRA DOCENTE
ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: IDEB E SAEB
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE)
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

BIBLIOGRAFIAS

- LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. de M. A.; LIMA, A. B. de L. Políticas educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira. Revista Ensaio. Belo Horizonte. v. 14. n. 1. p. 51-64, jan./abr. 2012.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Legislação: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf.

DISCIPLINA:
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

RESUMO

O pontapé inicial do nosso estudo é buscar um entendimento do que seria o Estado. Para essa missão, não é difícil percebermos que estamos todos inseridos em sociedades ou instituições e que estas são formadas por interesses materiais, parentescos ou disposições religiosas, por exemplo. É no convívio nesses meios que formamos nossos saberes, desenvolvimento intelectual, moral e físico. Diante disso, podemos afirmar que os grupos de indivíduos reunidos de forma organizada, seguindo regras e buscando objetivos em comum, é que formam o Estado. Mesmo que com designações diferentes em épocas diversas, o Estado sempre teve existência, é o que afirma Dallari: “dá essa designação a todas as sociedades políticas que, com autoridade superior, fixaram regras de convivência de seus membros” (2005, p. 52).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O ESTADO NA VISÃO DOS AUTORES CONTRATUALISTAS E NO CONTEXTO DO DIREITO
O ESTADO NA VISÃO SOCIALISTA
A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA
O PLANEJAMENTO DA POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO À LUZ DO DIREITO À EDUCAÇÃO

AULA 2

AS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS DE 1990
GESTÃO DA EDUCAÇÃO
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

AULA 3

GESTÃO DA ESCOLA E GESTÃO DOS SISTEMAS
PAPEL DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL ARTICULADO
PNE E PLANOS DE EDUCAÇÃO

AULA 4

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE)
AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA
AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO MÉDIO
AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES QUE REGEM O TRABALHO DOCENTE

AULA 5

DA PRIMEIRA À SEGUNDA REPÚBLICA (ERA VARGAS)
DO FIM DO ESTADO NOVO À DITADURA MILITAR
DOS ANOS DE 1980 À ATUAL LDB
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NÍVEIS E MODALIDADES

AULA 6

HORIZONTES DAS POLÍTICAS ATUAIS FRENTE À REALIDADE: O TRABALHO
DOCENTE
HORIZONTES DAS POLÍTICAS ATUAIS FRENTE À REALIDADE: A DIVERSIDADE NA
EDUCAÇÃO
HORIZONTES DAS POLÍTICAS ATUAIS FRENTE À REALIDADE: O CURRÍCULO
ESCOLAR
HORIZONTES DAS POLÍTICAS ATUAIS FRENTE À REALIDADE: AS AVALIAÇÕES EM
LARGA ESCALA

BIBLIOGRAFIAS

- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 12. ed. Brasília: Ed. UNB, 2004.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS
COMPLEMENTARES
SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO
REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

AULA 2

TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL
FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA

CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS
DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA
FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO

AULA 3

APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM
CONSTRUÇÃO
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA
INFÂNCIA
ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB 9394/96
LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO

AULA 4

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E
AVANÇOS
DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

AULA 5

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?
METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA
ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

AULA 6

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER
OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS
A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO
BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- _____. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

RESUMO

Denota-se que planejar é um envolvimento, um ato necessário para programar ou efetivar uma ação, partindo de metas, objetivos, metodologias, recursos e conteúdos até a avaliação. É um instrumento fundamental para o âmbito da pedagogia, afinal, trata-se de uma formação humana que tem como escopo os humanos: o instrumento planejar simboliza contemplar o outro e ver no outro as potencialidades que podem ser afloradas. Traçando um resgate histórico do planejamento educacional no Brasil, verifica-se que ele

teve significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao seu significado, que partiu de um modelo extremamente tecnicista e metódico para uma concepção normativo/prescritiva da realidade e, então, para uma dimensão mais estrategista, englobando definição de diretrizes que orientam a transformação da realidade e do sujeito, bem como incluindo objetivos e metas de maneira a contemplar a formação do sujeito e valorizar as suas potencialidades. No entanto, vale destacar que muitas instituições praticam, ainda, o planejamento pautado em roteiros prontos e ultrapassados, que se utilizam de transposições didáticas e até mesmo de improvisos para a realização do trabalho em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CENÁRIO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO
EDUCAÇÃO ESCOLAR, PEDAGOGIA ESCOLAR
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – CONTEXTO EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO E QUALIDADE EDUCACIONAL
DIALOGICIDADE NO PLANEJAR

AULA 2

A EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR
REFLEXÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: LEI 13.005/2014)
DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUANTO AO PLANEJAMENTO
CONHECIMENTO DA REALIDADE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA
DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA

AULA 3

A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR
A AVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS
A ESCOLA VERIFICA OU AVALIA A APRENDIZAGEM?
INTERVENÇÕES PARA A PÓS-AVALIAÇÃO

AULA 4

EQUÍVOCOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
A AVALIAÇÃO PROCESSUAL
CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO

AULA 5

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO PLANEJAR EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO DIDÁTICO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SOB UM OLHAR
FILOSÓFICO
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA
ESCOLAR BRASILEIRO

AULA 6

FUNÇÕES DA ESCOLA
NATUREZA E FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO HUMANA

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• DICIO. Dicionário On-line de Português. Disponível em: https://www.dicio.com.br/apreenderem/.• LUCKESI, C. C. Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. Disponível em: luckessi.pdf/html.• FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL
RESUMO
O objetivo dessa disciplina é promover uma reflexão sobre as questões históricas relativas à administração, para que, assim, possamos compreender a evolução desse conceito e sua aplicabilidade à educação, buscando contribuir para a ressignificação do papel do pedagogo frente à gestão educacional da escola, já que este deve ser o mediador da prática educativa escolar.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 HISTÓRIA E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO TGA ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL X ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR TEORIAS ADMINISTRATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL
AULA 2 A EMPRESA E A ESCOLA A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA ESCOLA: EDUCAÇÃO ESCOLA VERSUS NOVAS GERAÇÕES
AULA 3 CONCEITO DE GESTÃO GESTÃO EDUCACIONAL GESTÃO ESCOLAR GESTÃO ESCOLAR VERSUS GESTÃO EMPRESARIAL O TRABALHO NA ESCOLA
AULA 4 A FUNÇÃO DA ESCOLA BÁSICA CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL
AULA 5 PRÁXIS DA GESTÃO ESCOLAR A UTOPIA NA PRÁXIS ESCOLAR LIMITES NA PRÁXIS ESCOLAR DESAFIOS NA PRÁXIS ESCOLAR PAPEL DO GESTOR NO ESPAÇO ESCOLAR

AULA 6

ÓRGÃOS COLEGIADOS

GESTÃO E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

GESTÃO E O PPP

GESTÃO E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

BIBLIOGRAFIAS

- BARTNIK, Helena L. de Souza. Gestão Educacional. Curitiba: Ibpex, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA:

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

RESUMO

A centralidade do PPP da escola está relacionada às políticas públicas e à gestão educacional. Portanto, ao discutirmos sobre ele, precisamos considerar as concepções de gestão e a implementação de processos de participação e decisão, analisando, assim, o papel da gestão ao elaborá-lo. O maior desafio está na interatividade, no diálogo e na flexibilização subsidiada pela gestão. Esta, por sua vez, necessita ter caráter democrático. Vale ressaltar ainda a existência da gestão educacional no contexto da escola pública, que abarca as diferentes concepções e práticas de planejamento. Diante disso, reflita sobre o questionamento a seguir: De que forma a gestão escolar pode envolver o grupo (docentes, comunidade, administrativos) na construção e reconstrução do PPP?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

GESTÃO E PLANEJAMENTO: PERSPECTIVA HISTÓRICA

ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM O CONTEXTO EDUCACIONAL

PLANEJAMENTO: FUNÇÕES E FINALIDADES

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL

GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

AULA 2

PLANEJAMENTO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

PLANEJAMENTO: DIMENSÕES, NÍVEIS E DESDOBRAMENTOS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ETIMOLOGIA

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A EQUIPE GESTORA NA ARTICULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

AULA 3

A ESCOLA COMO LOCAL DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO PPP NO CONTEXTO ESCOLAR

PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 4

FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

ETAPAS DO PLANEJAMENTO DO PPP

MARCO REFERENCIAL OU SITUACIONAL

DIAGNÓSTICO
PROGRAMAÇÃO

AULA 5

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E AS FINALIDADES DA ESCOLA
IGUALDADE E QUALIDADE
AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO
PRESSUPOSTOS DO PROJETO

AULA 6

DESDOBRAMENTOS DO PPP – PLANEJAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL
CONSELHO ESCOLAR
TIPOS DE PLANEJAMENTO
PLANEJAMENTO ELABORADO PELO PROFESSOR
PLANO DE AULA

BIBLIOGRAFIAS

- RODRIGUES, T. S. de A.; SCHMITZ, H.; FREITAS, A. G. B. de. Planejamento educacional no Brasil: análises sobre o Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Ações Articuladas. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, 9, 2012, João Pessoa. Anais... João Pessoa, 2012. p. 1919-1929. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.7_8.pdf.
- TOLEDO, C. de A. A. de.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Ratio studiorum. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm.
- VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Org.). Escola: espaço do projeto políticopedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 200 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). ZUNG, A. Z. K. A teoria da administração educacional: ciência e ideologia. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 48, p. 39-46, fev. 1984. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741984000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

DISCIPLINA:

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

RESUMO

O processo de avaliação por certo é figurativamente comparável a uma exuberante onda revolta que envolve em suave abraço o lindo mar azul para, após, repousar sobre praias em imorredoura calma. É neste contexto, ora de mar revolto, ora de calma, que este trabalho inicia as suas atividades, tomando por horizonte o tema genérico da avaliação institucional, que se esmera em propiciar condições favoráveis para que diferentes vertentes educativas possam alcançar concretude de benefício social de longo alcance. Desde que as instituições educativas de qualquer nível escolar começaram a se fazer presentes formalmente mundo afora, alguma forma avaliativa de sua gestão, bem como do desempenho dos seus estudantes, começou a se fazer presente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EVOLUÇÃO ACADÊMICA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA
CONVIVÊNCIA DE OBJETIVOS ENTRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ACADÊMICA
A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMITE ENXERGAR MAIS E MELHOR AQUILO QUE

SE PRETENDE VISUALIZAR
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO APORTE INDUTOR DE QUALIDADE NA
EDUCAÇÃO
NOVO MARCO LEGAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL CLAMA POR EXCELÊNCIA
EDUCATIVA

AULA 2

APRENDIZAGEM: RELAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL COM A AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO E PESQUISA ESTABELECEM SIMILITUDE NO FORMATO DE
IMPLEMENTAÇÃO
SER AVALIADO É ESTAR SENSÍVEL À CONTRIBUIÇÃO DE OUTREM: MÁXIMAS EM
AVALIAÇÃO
CONHECER-SE MELHOR COMO PRESSUPOSTO DE VALORIZAÇÃO HUMANA PELA
AVALIAÇÃO
A AVALIAÇÃO PRECONIZA SERMOS HUMANOS EM TUDO O QUE FAZEMOS

AULA 3

O AVALIADOR PODERÁ OBTER SUCESSO SE SUA RELAÇÃO DE EMPATIA COM A
AVALIAÇÃO FOR EXITOSA
AVALIAR COM INICIATIVAS INOVADORAS FACILITA A APRENDIZAGEM E O
DESEMPENHO ESTUDANTIL
A INOVAÇÃO EM AVALIAÇÃO TEM RAZÃO DE SER COM RECURSOS HUMANOS DE
ESPÍRITO INOVADOR
INICIATIVAS INOVADORAS DE AVALIAÇÃO, SIM; PRÁTICAS ULTRAPASSADAS, NÃO
A AVALIAÇÃO É INOVADORA QUANDO OS SEUS CAMINHOS A CONDUZEM A
RESULTADOS ESPLENDOROSO

AULA 4

ESCOLA EM CICLOS: INCLUSÃO ESCOLAR COM POSITIVO APORTE PEDAGÓGICO
FAMILIAR
FILOSOFIA DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA EM CICLOS E AMPARO
PEDAGÓGICO FAMILIAR
A AVALIAÇÃO QUE PROTAGONIZA ORIENTAÇÃO À APRENDIZAGEM E AO
DESEMPENHO NA ESCOLA EM CICLOS
CIRCUNSCRIÇÃO FUNCIONAL DA ESCOLA EM CICLOS NO BRASIL E EM OUTROS
PAÍSES
PROTAGONISMO DA ESCOLA EM CICLOS ANTE A “PRIMAZIA” FUNCIONAL DE
OUTROS FORMATOS EDUCATIVOS

AULA 5

PERCURSO DE TECNOLOGIAS EDUCATIVAS DE ANTANHO E NO TEMPO
PRESENTE
RELEVÂNCIA DO USO DE TECNOLOGIA NA MEDIAÇÃO DE ATIVIDADES
EDUCATIVAS
FORMAÇÃO DOCENTE: MUITO TEORIA COM PRECÁRIA TECNOLOGIA
TECNOLOGIAS SOFISTICADAS OU NÃO, O SEU USO FAZ DIFERENÇA
PEDAGÓGICA
TECNOLOGIAS: MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUPORTE À AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO

AULA 6

DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA TÉCNICA DO PASSADO À DO PREDOMÍNIO
TECNOLÓGICO NO TEMPO PRESENTE

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACESSO DEMOCRÁTICO PRIVILEGIADO A BENEFÍCIOS EDUCATIVOS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: VIA DEMOCRÁTICA E PRAZEROSA DE INCLUSÃO
TECNOLOGIA: LASTRO PEDAGÓGICO POR EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA FORMADORA DE RECURSOS HUMANOS
AVALIAÇÃO PRAZEROSA COM APORTE TECNOLÓGICO CONFERE À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PLENA RAZÃO DE SER

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Portaria n. 19, de 13 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 dez. 2017f.
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2014. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2014.
- _____. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 dez. 2017^a.

DISCIPLINA:

BNCC - DO CURRÍCULO À SALA DE AULA

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular já era prevista desde a Constituição de 1988. Contudo, apenas em 20 de dezembro de 2017, tivemos a homologação desse documento no Brasil, após amplos debates. O que é interessante percebermos aqui é a demora que ocorreu para o desenvolvimento de um documento tão importante, que contribui com a diminuição da desigualdade em relação aos aspectos da aprendizagem dos estudantes da educação básica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO
ESTRUTURA DA BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ESTRUTURA DA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC

AULA 2

O DOMÍNIO DAS COMPETÊNCIAS
COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS AOS DOCENTES
COMPETÊNCIAS DISCENTES
COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À FAMÍLIA E A ESCOLA

AULA 3

TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MULTIPLAS
COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: O QUE SÃO?
EDUCAÇÃO EMOCIONAL
BNCC E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

AULA 4

NEUROCIÊNCIA CONCEITOS FUNDAMENTAIS
NEUROCIÊNCIA DAS EMOÇÕES
NEUROFISIOLOGIA DAS EMOÇÕES
EMOÇÕES E APRENDIZAGEM

AULA 5

HABILIDADES NA SOCIALIZAÇÃO
BULLYING E EMOÇÕES

ANSIEDADE E APRENDIZAGEM

PLANEJAMENTO DOCENTE E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

AULA 6

A ÁREA DA LINGUAGEM

A ÁREA DA MATEMÁTICA

ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

ÁREA DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- _____. Lei n. 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

DISCIPLINA:
ENSINO HÍBRIDO

RESUMO

Blended significa misturado em português e learning quer dizer aprendizagem. Essa “aprendizagem misturada” entre ensino presencial e ensino on-line gerou a conceitualização para o ensino híbrido, que é uma proposta de ensino que pretende valorizar o melhor do presencial e do on-line.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

BREVE HISTÓRICO

NO MUNDO

NO BRASIL

INOVAÇÃO DISRUPTIVA NO ENSINO

AULA 2

MODELO ROTAÇÃO

MODELO FLEX

MODELO À LA CARTE

MODELO VIRTUAL ENRIQUECIDO

AULA 3

O PROFESSOR DO SÉCULO XXI

O PROFESSOR DO ENSINO HÍBRIDO

PROFESSOR CURADOR

DESAFIOS E PAPEL DO PROFESSOR

AULA 4

PROTAGONISMO E AUTONOMIA

AMBIENTES HÍBRIDOS DE APRENDIZAGEM

O ALUNO NO ENSINO HÍBRIDO

CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES HÍBRIDOS

AULA 5

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

TECNOLOGIA DIGITAL NO ENSINO HÍBRIDO

RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS

TIPOS DE RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS

AULA 6

AVALIAÇÃO NO ENSINO HÍBRIDO
VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM
ALIANDO TECNOLOGIA E AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO ONLINE E AVALIAÇÃO PRESENCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: Uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 9057 de 25 de maio de 2017.
- INNOVEEDU. Ritaharju. Disponível em: <http://innoveedu.org/pt/ritaharju>.

DISCIPLINA:

PROJETOS E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Estamos diante de uma nova cultura educacional decorrente do surgimento das tecnologias digitais, que se aprimoram cada vez mais. Elas possibilitam acesso à informação e permitem remodelar formas de pensar e de obter conhecimento. Assim, novas maneiras de aprendizado podem ocorrer devido às facilidades de acesso à informação, permitindo que conhecimentos sejam construídos em grupos e possam ser compartilhados com todos (Bacich; Neto; Trevisani, 2015). Com as diversas possibilidades tecnológicas, o desafio dos educadores gira em torno de como organizar as aulas e ministrar conteúdos que estão em movimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS INICIAIS: TECNOLOGIA
AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A UMA NOVA CULTURA DE
PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO E A SALA DE AULA INOVADORA
POR QUE INOVAR NA EDUCAÇÃO?

AULA 2

APRENDIZAGEM ATIVA
ABORDAGENS ATIVAS PEER INSTRUCTION (AVALIAÇÃO POR PARES)
ABORDAGENS ATIVAS, SALA DE AULA INVERTIDA E MOVIMENTO MAKER
ABORDAGENS ATIVAS DESIGN THINKING (DT)

AULA 3

APRENDIZAGEM IMERSIVA
ABORDAGENS IMERSIVAS, REALIDADE VIRTUAL E REALIDADE AUMENTADA
ABORDAGENS IMERSIVAS - SIMULAÇÕES DE COMPUTADOR
ABORDAGENS IMERSIVAS – GAMIFICAÇÃO

AULA 4

A MENTALIDADE ÁGIL NA APRENDIZAGEM
ABORDAGENS ÁGEIS: PROGRAMAÇÃO EXTREMA (EXTREME PROGRAMMING – XP)
ABORDAGENS ÁGEIS: SCRUM
ABORDAGENS ÁGEIS: KANBAN

AULA 5

ANALÍTICA DA APRENDIZAGEM

APRENDIZAGEM ADAPTATIVA
COMPUTAÇÃO COGNITIVA
MACHINE LEARNING

AULA 6

PROJETOS E INICIATIVAS INOVADORAS
PAPEL E DESAFIO DO PROFESSOR
COMPETÊNCIAS DOS PROFESSORES NO SÉCULO XXI
E O FUTURO?

BIBLIOGRAFIAS

- KRAVISKI, M. R. Formar-se para formar: formação continuada de professores da educação superior—em serviço—em metodologias ativas e ensino híbrido. Mestrado profissional em Educação e Novas Tecnologias. Centro Universitário Internacional, 2019.
- MARTINEZ, G. A. As TIC, geradoras da nova cultura informática: uso da “Aula Virtual”. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 37, n. 1, p. 119, 2016.
- MUNHOZ, A. S. Tecnologias educacionais. São Paulo: Saraiva Educação, 2014.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Neste material os seguintes assuntos serão abordados: análise do conceito de deficiência, diferença e diversidade e os discursos de normal, normalidade e anormal, inclusão e exclusão. Estudo dos princípios emanados pela Declaração Mundial de Educação para Todos, Declaração de Salamanca, Convenção de Guatemala, Declaração de Jomtien, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; análise das últimas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e definição das terminologias utilizadas para o público-alvo da Educação Especial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DISCURSOS DE NORMAL E ANORMAL – HISTÓRICO
O CONCEITO DE NORMALIDADE NAS DIFERENTES CULTURAS
INCLUSÃO E EXCLUSÃO
OS PADRÕES DA SOCIEDADE
A DIVERSIDADE E O RESPEITO AO DIFERENTE

AULA 2

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
PERSPECTIVA ASSISTENCIALISTA
SEGREGAÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL
MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
ORGANIZAÇÃO ATUAL

AULA 3

AS PRIMEIRAS CONQUISTAS LEGAIS
LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961
A CONSTITUIÇÃO DE 1988
LDB 9.394/96 – GARANTIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL
LEI 12.796/2013

AULA 4

DECLARAÇÃO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO PARA TODOS
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA
CONVENÇÃO DA GUATEMALA
DECRETO N. 3.956/2001
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AULA 5

POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
LIBRAS
ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO
TERMINOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

AULA 6

DECRETO N. 5.626/2005
NOTA TÉCNICA N. 46/2013
NOTA TÉCNICA N. 06/2011
NOTA TÉCNICA N. 09/2010
APARECER TÉCNICO N. 71/2013

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- THOMA, A. da S. Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes. In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E.; SCHLÜNZEN, K. (Orgs.). Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- TRIPICCHIO, A.; MOREL, B.-A. M. (1809-1873). Revista Redepsi, 2008. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/2008/02/20/morel-b-n-dict-augustin-1809-1873>.